



# UM BREVE OLHAR SOBRE A PRESENÇA MILITAR NO CONTURBADO PROCESSO DE EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL

## A BRIEF LOOK AT A MILITARY PRESENCE IN BRAZIL'S POLITICAL EVOLUTION PROCESS

Jorge Arantes<sup>1</sup>

**Resumo:** A presença ostensiva dos militares na agenda política brasileira é uma realidade que persiste desde os tempos de sua independência político-administrativa de Portugal. Ao longo dos anos, a participação das Forças Armadas nos destinos políticos do país vem se intensificando por meio de concessões constitucionais e deliberações da própria sociedade através de seus representantes nos parlamentos. Este viés da construção administrativa do Estado brasileiro destoa inteiramente das práticas democráticas vigentes e cultuadas nos Estados centrais, que primam pelas práticas democráticas. As recentes e desastrosas experiências históricas das ações militares no processo de construção e aperfeiçoamento da democracia no Brasil não se consolidaram como ensinamento. Muito pelo contrário, hoje, são bandeiras de luta levantadas, como sempre, por pequenas parcelas da população brasileira que vivem, nababescamente, em razão da miséria e do desamparo de quase totalidade do povo.

**Palavras-chave:** Democracia. Ditadura Militar. Economia. Militarismo. Política.

**Abstract:** The ostensible presence of the military in the Brazilian political schedule is a reality that has persisted since the days of their political and administrative independence from Portugal. Over the years, the Armed Forces participation in the country's political destinies has been intensified through constitutional concessions and deliberations by society itself through their representatives in parliaments. This bias in the administrative construction of the Brazilian State is totally different from the democratic practices in force and worshiped in the central States, which excel in democratic practices. The recent and disastrous historical experiences of military actions in the process of building and improving democracy in Brazil have not been consolidated as a teaching. On the contrary, today, they are flags of struggle raised, as always,

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito e em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com Licenciatura Plena em Sociologia e História, também pela UERJ. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes (UCAM/AVM - RJ). Livros Publicados: “Programa Especial de Educação: Um Projeto Político”, Editora Mauad, 1998, e “Pequeno Dicionário Crítico: Histórico, Geográfico, Econômico, Político e Social”, Editora Interciência, 2003, bem como vários artigos acadêmicos nas áreas de História, Antropologia e Educação.

ORCID: 0000-0003-1036-6578. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6357397325079451>.

E-mail: [prof\\_arantes@yahoo.com.br](mailto:prof_arantes@yahoo.com.br)

by small portions of the Brazilian population who live, giddily, due to the misery and helplessness of almost all of the people.

**Keywords:** Democracy. Economy. Militarism. Military Dictatorship. Politics.

## 1 INTRODUÇÃO

A história política do Brasil tem sido palco dos mais variados eventos nos quais os militares têm se imposto como protagonistas, em diferentes níveis de efetiva participação. Trata-se de um processo que remonta mesmo ao período colonial. Em todos os momentos dramáticos e conflituosos vivenciados ao longo da história política nacional, por diversos líderes políticos brasileiros, as armas se fizeram presentes, atuando de maneira pró ou contra tais líderes. Esta tendência vai se definir de acordo com as conveniências políticas e econômicas que se apresentavam no momento. Questões legitimamente político-ideológicas, por assim dizer, pouco ou quase nada, influenciaram nestas participações, a não ser como pretexto para a ação militar.

Assim, desde a dissolução da Assembleia Constituinte, por D. Pedro I, em 1823, até o golpe burguês civil-militar de 1964, passando pelo golpe da Proclamação da República, pelo golpe de 1930 e todos os demais movimentos rebeldes envolvendo elementos das Forças Armadas, até 1964 - e não foram poucos -, observa-se uma participação, cada vez mais ampliada, acentuada e organizada do segmento militar nos destinos políticos do país.

A este respeito, o insuspeito general Sylvio Frota, um dos expoentes máximos da chamada ala conservadora e ultra reacionária militar, e membro dos mais altos escalões das Forças Armadas entre os anos 1970 e 1980, lembra que ao longo do período republicano ocorreram “cerca de trinta ou mais revoluções, revoltas ou golpes militares - desprezando-se as inacabadas e as inconsequentes conspiratas” (FROTA, 2006, p. 30). Nelson Werneck Sodré acrescenta a este histórico intervencionista das Forças Armadas, que “entre 1945 e 1965, menos de vinte anos, os militares, no Brasil, depuseram quatro vezes os presidentes” (SODRÉ, 1984, p. 27), ou seja, um golpe militar a cada cinco anos. Uma média nada invejável a um Estado nacional que aspira o perfil democrático.

Evidentemente que esta particularidade não é exclusividade da História do Brasil. O militarismo na América Latina é um movimento extremamente arraigado no processo de evolução política de, praticamente, todos os povos da região. Veja-se que ao longo dos séculos, marechais e generais impuseram suas concepções políticas, ou simples vontades pessoais, à

população civil desta vasta região do continente americano. É pertinente lembrar que, nos anos 1970, portanto, já nas premissas do festejado século XXI, dos doze países que compõem a América do Sul, oito deles eram governados por ditaduras militares - Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru e Equador. Isto equivale a dizer que, aproximadamente, 160 milhões de cidadãos sul-americanos<sup>2</sup> sobreviviam sujeitos a regimes de exceção, submetidos pela força das armas.

Ao que parece, houve, no Brasil, um desvio daquilo que se esperava, - e que ainda hoje se espera -, das Forças Armadas. Os Professores Suzeley Kalil Mathias e André Cavaller Guzzi (PUCSP/Unesp/Unicamp), num interessante e esclarecedor artigo, analisam as Constituições Brasileiras - desde a primeira, de 1824, até a mais recente, de 1988 -, bem como todo o processo evolutivo através do qual as Forças Armadas Nacionais que, segundo a Constituição de 1824, tinham como finalidade proteger e defender a independência e a integridade do jovem Império, chegaram aos dias atuais, de acordo com a Constituição Federal de 1988, como "representantes dos valores permanentes [nacionais] [...], o que garantiu a elas um lugar superior àquele ocupado por qualquer outro sujeito nacional. Portanto, elas próprias estão acima da própria nacionalidade" (MATHIAS; GUZZI, 2010, s/p), concluem os professores.

Ainda, de acordo com os mesmos autores,

as constituições brasileiras foram pouco a pouco legalizando a autonomia militar, ao mesmo tempo em que afastavam os civis da reflexão sobre temas relativos à defesa e à organização castrense [...]. As Forças Armadas exigiram que a Constituição garantisse a elas a responsabilidade pela manutenção da Lei e da Ordem, o que lhes permitiu atingir todos os objetivos a que se propuseram quando iniciaram a distensão, que era reservar para si prerrogativas para participar ativamente do governo sem serem confundidas com o poder político (MATHIAS; GUZZI, 2010, s/p).

Em razão disso, conforme o entendimento do Professor Jorge Zaverucha, da Universidade federal de Pernambuco (UFPE), em que pese as quase quatro décadas de governo civil pós-ditadura, os militares continuam marcando ostensiva presença em vários segmentos administrativos da sociedade civil, sobretudo em funções tradicionalmente ocupadas por civis (ZAVERUCHA, 2005).

Assim, esta posição de autonomia desfrutada pelas Forças Armadas no Brasil, de acordo com a Constituição Federal vigente, bem como a presença ostensiva de seus membros no

---

<sup>2</sup> Para maiores informações acerca dos dados demográficos (população, pirâmides etárias, etc.), dos países sul-americanos no período, ver <http://www.populationpyramid.net/pt/argentina/1970/>. Data de acesso: 02/04/2020.

aparato administrativo do Estado brasileiro, dá ensejo a um conjunto de dúvidas a respeito do papel, das funções e da posição ocupada pelas Forças Armadas no cenário nacional. Seriam as Forças Armadas uma instituição pertencente ao Estado brasileiro, ou o contrário, o Brasil seria um Estado que pertence às suas Forças Armadas?

## **2 ALGUNS EPISÓDIOS DO PROCESSO POLÍTICO NACIONAL NOS QUAIS AS FORÇAS MILITARES ESTIVERAM PRESENTES**

### **2.1 D. Pedro I e a Dissolução da Constituinte, em 1823**

Já no início do Primeiro Império, há apenas um ano e dois meses incompletos do dia 7 de setembro de 1822, foi deflagrado o primeiro golpe político no Brasil independente, pelas mãos do próprio imperador D. Pedro I.

Inconformado com os rumos trilhados pelos trabalhos da Assembleia Constituinte que limitava seus poderes, uma vez que defendia o predomínio do Legislativo sobre o Executivo, D. Pedro I acabou dissolvendo esta Constituinte no dia 12 de novembro de 1823, na base do decreto, prendendo e exilando vários parlamentares, simplesmente porque não concordava com os termos do projeto constitucional que estava sendo discutido pelos constituintes. Os princípios liberais e democráticos que varriam a Europa, em razão do ciclo revolucionário do século XVIII, foram inteiramente ignorados pelo espírito colonialista, retrógrado, conservador e absolutista que ainda sobrevivia na ex-colônia portuguesa. D. Pedro I, pelos mais diversos motivos, incorporando tal espírito, não admitiu ver seus poderes absolutos reduzidos ou limitados por uma constituição que, apesar de apresentar tênues nuances democráticas, mantinha a escravidão e vinculava o direito de voto à capacidade financeira do eleitor - o voto censitário.

Embora realizado através de decreto, o poder das armas garantiu a exorbitância do poder do imperador e, conseqüentemente, a efetivação do golpe. Após o evento no qual os irmãos de José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco, se prontificaram a defender Davi Pamplona Corte Real, boticário agredido por militares portugueses - ação tida como ofensa à dignidade da nação -, o povo sensibilizou-se e, depois da sessão da Constituinte do dia 10 de novembro de 1823, os carregaram nos braços pelas ruas do centro do Rio de Janeiro. Como lembra a Professora e pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, Isabel Lustosa, “D. Pedro I assistiu a tudo da janela do Paço, que ficava ao lado da Cadeia Velha, e mandou toda a

tropa e parte da milícia pegarem em armas” (LUSTOSA, 2006, p. 168). Veja-se que as armas já estavam prontas para garantir a vontade do imperador. E o que é trágico, para serem usadas contra o povo. Assim começa a História do Brasil independente, a partir de um golpe garantido pelas armas.

## 2.2 O Golpe de 1889 (ou a Proclamação da República)

Em torno do golpe de Estado que culminou com a proclamação da República gravitou uma série de eventos envolvendo aspectos religiosos, culturais, militares e econômicos. Assim, não se pode atribuir, com exclusividade, ao setor militar, a queda da monarquia, até porque alguns significativos e importantes segmentos da sociedade civil brasileira antagonizaram-se com a política do imperador ou, no mínimo, lhe retiraram o apoio costumeiro. Não obstante, em que pese toda a conspiração dos civis, não se pode negar o caráter decisivo da ação militar no episódio que eliminou a monarquia brasileira, o que demonstra que o 15 de novembro de 1889 não passou de um golpe de Estado perpetrado pelos militares. Como se sabe, alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, - a chamada mocidade militar -, desempenhou um papel decisivo no processo de transição do Império para a República tendo, inclusive, atraído Benjamin Constant para o movimento conspiratório republicano que articulavam, uma vez que estavam “à procura de um líder” (CASTRO, 1995, p. 172).

Embora o Professor José Murilo de Carvalho sugira uma pequena participação da classe militar, no evento, quando afirma que “a grande maioria dos militares reunidos de ambos os lados na Praça da Aclamação não sabia que se tratava de proclamar a República” (CARVALHO, 2005, p. 45), isto não retira o caráter militar do golpe.

O fato é que o povo, em sua totalidade, esteve efetivamente ausente de todo o processo. A este respeito, o Professor Raymundo Campos nos lembra, que “só aos poucos a população tomou conhecimento de que a parada militar, ocorrida pela manhã [do dia 15 de novembro], conduziu à mudança de regime” (CAMPOS, 1983, p. 147). Aristides Lobo, um observador da época, percebeu claramente que o golpe que derrubou o império só se tornou realidade porque foi deflagrado pelo poder das armas. Assim, já em 18 de novembro de 1889, publicava uma crônica no Diário Popular de São Paulo afirmando que

a cor do governo é puramente militar, e deveria ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava.

Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada (apud SILVA, 1985, p. 10).

A passagem do Império para a República não trouxe, nem a curto e muito menos a médio prazo, significativas transformações para a sociedade brasileira. Para os militares, no entanto, as coisas não ocorreram desta forma, pois os benefícios ao segmento castrense resultantes do golpe de 15 de novembro foram muito interessantes, incluindo desde meteóricas promoções até significativos reajustes nos valores dos soldos. De acordo com o Professor Celso Castro,

dos 28 generais da ativa em 1890, dez foram promovidos nesse ano, e nove, reformados; dentre os 54 tenentes-coronéis de 1889, em 1891 quatro eram generais de brigada, 30 coronéis e 20 foram reformados. O ano de 1889 encerrou-se com um aumento de 50% nos soldos militares, assim elevados aos maiores níveis reais do século. Em janeiro de 1890, uma grande lista de promoções ‘por serviços relevantes’ beneficiou praticamente todos os oficiais envolvidos na conspiração [...]. Nos cinco primeiros anos da República, jovens ‘científicos’ não só progrediram rapidamente em suas carreiras, como também passaram a ocupar posições geralmente reservadas, no Império, à elite política dos bacharéis em direito” (CASTRO, 1995, p. 195).

Ainda que, aparentemente, a questão ideológica se fizesse presente entre os jovens militares da Escola Militar, que mais intensamente conspiraram contra a monarquia, tais fatos suscitam dúvidas: será que além do aspecto ideológico, não esteve presente, também, entre os mais afoitos defensores da República, a cobiça pelo poder e os interesses puramente pessoais, pois como nos informa ainda o Professor Celso Castro, entre os mais famosos conspiradores da Escola Militar da Praia Vermelha, isto é, a mocidade militar, destacam-se

Lauro Sodré, que foi governador do Pará com 33 anos; Serzedelo Corrêa, do Paraná, com 32; Barbosa Lima, de Pernambuco, aos 30; e Ximeno de Villeroy e Lauro Müller, governadores do Amazonas e de Santa Catarina, respectivamente, com 27 anos. Serzedelo Corrêa, durante o governo Floriano, seria, com 33-34 anos, sucessivamente ministro das Relações Exteriores, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e da Fazenda (CASTRO, 195, p. 196).

Pelo menos na virada do século, o golpe militar que derrubou a monarquia foi extremamente benéfico, tanto do ponto de vista econômico quanto político, a esses mesmos militares. Estranha coincidência ou algo ética e moralmente condenável naqueles que propugnavam por um governo mais transparente e livre das negociatas palacianas e corrupções que tanto alimentaram os argumentos golpistas dos militares em 1889? Ao que parece, as

negociatas apenas passaram dos palácios para os quartéis fortalecendo o segmento militar em detrimento dos civis e dando início ao processo de militarização da política brasileira.

### 2.3 O Movimento Tenentista dos Anos 1920

Nos anos 1920, constata-se uma grande insatisfação nos círculos militares - especialmente entre os oficiais do exército de baixa patente - com os rumos da política nacional. A essência do movimento concentrava-se na oposição ao Estado Nacional oligárquico,

acusado de corrupto, à política do café com leite e à influência estrangeira, propondo ainda, a moralização da vida política e econômica do país com eleições livres e secretas (fim do voto de cabresto), reformas do sistema de ensino e o fim do processo inflacionário que, já naquela época, corroía os salários (ARANTES, 2003, verbete 'Tenentismo').

Foram quatro os movimentos revoltosos que compuseram o chamado Tenentismo. O primeiro deles, foi a Revolta do Forte de Copacabana, bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, ocorrido no dia 5 de julho de 1922. Os militares do exército, que não concordavam com a eleição de Artur Bernardes para a Presidência da República, e o fechamento do Clube Militar com a prisão de seu presidente, o marechal Hermes da Fonseca, planejaram depor o presidente em exercício, Epitácio Pessoa, e impedir a posse de Artur Bernardes. A repressão ao movimento golpista foi enérgica havendo, inclusive, um enfrentamento armado nas areias da praia de Copacabana entre os rebeldes e as forças legalistas resultando na morte de dezesseis pessoas (quinze militares e um civil, de nome Otávio Correia).

O segundo movimento revoltoso militar no contexto do Tenentismo, foi a Revolução Paulista (Revolução Esquecida ou Revolução do Isidoro). Deflagrada em São Paulo, em 5 de julho de 1924, em homenagem ao segundo aniversário da frustrada Revolução do Forte de Copacabana. O violento e fracassado desenlace da Revolta do Forte de Copacabana contrariou a muitos tenentes, inclusive até mesmo em razão das medidas repressivas impostas aos rebeldes que sobreviveram. Assim, com a intenção de homenagear os mortos de 1922 e todos os que haviam se insurgido no Rio de Janeiro, os tenentes paulistas organizaram algumas manifestações que foram prontamente proibidas pelo presidente Artur Bernardes. A reação dos militares paulistas veio exatamente no segundo aniversário do episódio do Forte de Copacabana, isto é no dia 5 de julho de 1924. Durante 23 dias a cidade de São Paulo foi tomada pelos rebeldes que lutaram contra o governo federal sob a liderança do general Isidoro Dias Lopes. Por não poderem resistir ao cerco das forças governamentais, cerca de 3.000 soldados

deixaram São Paulo rumando em direção ao interior do Paraná onde iriam formar a chamada Coluna Prestes.

A terceira revolta militar contra os desmandos do governo federal foi a Comuna de Manaus, deflagrada em 23 de julho de 1924. Neste episódio, os militares revoltaram-se outra vez, contra as oligarquias regionais que, ao permitir a política dos baixíssimos preços da borracha (base da economia) e o aumento dos impostos - com o amparo do governo federal -, comprometia seriamente a economia da região e, por via de consequência, agravava as já precárias condições de vida no Amazonas. Neste episódio, os militares tiveram o apoio da sociedade civil. A revolta foi reprimida pelas forças federais. Neste episódio os militares que se renderam não receberam penas pesadas.

O quarto e último levante militar revoltoso do ciclo Tenentista foi a chamada Coluna Prestes. Foi composta pelos rebeldes paulistas, de 1924, e pelos militares que se revoltaram no Rio Grande do Sul, sob o comando do lendário capitão Luis Carlos Prestes, conhecido também como o Cavaleiro da Esperança. Decidiram percorrer o território brasileiro conscientizando e sensibilizando o povo para a necessidade de uma revolução armada que depusesse o governo federal. Após percorrerem mais de 30.000 km do território nacional, entre 1925 e 1927, e de se desgastarem em enfrentamentos com as forças federais, policiais e até mesmo com os cangaceiros nordestinos, dispersaram-se nos territórios paraguaio e boliviano. Três anos depois explodiria o Golpe de 1930.

Os tenentistas eram contrários à política econômica em vigor que onerava enormemente o custo de vida nos centros urbanos. Consideravam-se os responsáveis pela salvação nacional. Para eles os fins justificavam os meios. Ainda que seus objetivos fossem apreciáveis do ponto de vista democrático, os meios que pretendiam usar para alcançar tais fins chocavam-se frontalmente com os princípios legais e os próprios princípios democráticos uma vez que propugnavam pelo desrespeito às leis e pela subversão da ordem constitucional vigente. Ao que parece, e isso já observado historicamente, segmentos militares golpistas insistem em se colocar acima das leis e da Constituição Federal com o fim de alcançar seus objetivos.

## 2.4 O Golpe de 1930

O golpe de Estado de 1930, que depôs o presidente Washington Luis e que ficou conhecido através dos livros didáticos de História do Brasil como “Revolução de 1930”, contou com a participação expressiva dos militares - leia-se Exército - que, a partir de então, foram se

envolvendo, cada vez mais e de forma organizada, nos meandros do cenário político nacional. No dizer da Professora Maria Celina D'Araujo, os militares acabaram ganhando

uma notoriedade inédita e tornaram-se parceiros políticos de todas as horas. O Exército, que apoiou Vargas em 1930, acabou ganhando espaços cada vez maiores na administração das coisas públicas, e seu poder intervencionista transformou-se em uma ameaça constante à democracia brasileira. Nessa escala, nem Vargas foi poupado: os mesmos militares que o sustentaram no poder o depuseram por duas vezes (D'ARAUJO, 2002, p. 11).

Aliás, como forma de atrair cada vez mais as elites militares, ao mesmo tempo em que procurava consolidar o apoio das Forças Armadas ao seu governo, Getúlio Vargas investiu maciçamente no Exército e na Marinha e permitiu que esses mesmos militares conquistassem posições de destaque na administração do Estado, ineditamente, ocupando cargos importantes na administração civil.

Dentro do processo que culminaria com a militarização do Brasil, especialmente entre 1964 e 1985, o movimento golpista de 1930 constituiu-se na primeira oportunidade em que se verificou o planejamento e a execução organizada das ações golpistas pelos altos escalões do Exército e da Marinha. A Aeronáutica seria criada apenas em 1941. Na intimação ao presidente deposto, Washington Luis, redigida pelo coronel Bertholdo Klinger, constava da argumentação golpista que era hora de “entregar os destinos do Brasil aos generais de terra e mar” (apud CARVALHO, 2005, p. 51), o que tornava o mais claro possível as reais intenções das elites militares de assumirem o controle político do país. Vários foram os episódios nos quais o presidente Vargas pode contar com a fidelidade e o apoio incondicional dos seus chefes militares como, por exemplo, a Revolta Paulista de 1932, a Intentona Comunista de 1935 e a instalação da ditadura do Estado Novo, em 1937.

Apegado ao poder, o presidente Getúlio Vargas não via com bons olhos as eleições presidenciais previstas para ocorrerem em 1938 que, de uma forma ou de outra, obstaculizavam os seus ideais de permanecer na chefia do governo por tempo indeterminado. Assim, utilizando-se de um falso plano de invasão comunista ao Brasil, fundamentado no chamado Plano Cohen<sup>3</sup>, e com o total e irrestrito apoio da alta esfera do poder militar que, mais uma vez avalizou

---

<sup>3</sup> A autoria do Plano Cohen é atribuída ao então coronel Olympio Mourão Filho que o teria elaborado a pedido de Plínio Salgado, líder integralista. Previa, em linhas gerais, a forma de ação que os comunistas brasileiros adotariam caso resolvessem tomar uma cidade. Apesar de conhecer a origem do documento, Getúlio Vargas o utilizou politicamente para justificar o golpe. Para informações adicionais e maiores detalhes acerca do grande engodo no qual se constituiu o chamado Plano Cohen, ver SILVA, Hélio. *A Ameaça Vermelha – O Plano Cohen*, 1 ed., Porto Alegre (RS): L&PM, 1980.

plenamente a ação golpista, o presidente Getúlio Vargas, novamente amparado pelas armas, fechou o Congresso Nacional e impôs ao Brasil uma nova constituição, de perfil fascista, inspirada na Constituição da Polônia, que ficou conhecida como “Polaca”. Começava aí a chamada ditadura do Estado Novo, de perfil fascista, com o total beneplácito dos militares. A partir de então, “tem início o primeiro estágio da nacionalização formal da economia com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como mineração, aço e petróleo” (DREIFUSS, 1987, p. 23). Alguma coisa diferente começava a mudar no cenário administrativo nacional, sob a liderança de Getúlio Vargas, ainda que de forma tímida, mas efetivamente, a ponto de, num futuro não muito distante, começar a incomodar os donos do capital.

Apesar das estreitas ligações e das trocas de favores e de gentilezas com os militares que lhe garantiam a permanência na Presidência da República há tantos anos, Getúlio Vargas não foi capaz, apesar de sua perspicácia política, de perceber que os limites dessa fidelidade militar esbarravam nas ambições pessoais de cada um daqueles que o conduziram ao poder em 1930 e sustentavam o seu governo até aquele momento. Apesar do baluarte que as Forças Armadas representavam para a sua manutenção no poder, foi deposto por duas vezes pelos seus próprios chefes militares. A primeira deposição ocorreu em 29 de outubro de 1945, quando o general Góis Monteiro - o mesmo que o havia conduzido ao poder depois do golpe, em 1930, liderando um movimento amplamente apoiado não só pelos militares, mas também, pelas elites civis, finalmente encerrou a era do seu primeiro governo, de perfil ditatorial.

O general Octávio Costa, ao fazer um breve histórico acerca da atuação das Forças Armadas no processo político brasileiro, deixa claro que a participação do Brasil nos conflitos que envolveram a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi o fato gerador de um profundo processo de transformação ideológica que veio a se operar no meio militar, especialmente entre a oficialidade, devido ao contato com militares ingleses, franceses e, especialmente, norteamericanos. Se o presidente Getúlio Vargas manipulou os militares, isso só foi possível até 1945, pois a partir de então, isto é, com o retorno da Força Expedicionária Brasileira (FEB) dos campos de batalha da Europa, a relação entre o governo civil e os militares mudou drasticamente. No entender do general Octávio Costa, “as Forças Armadas já estavam com outro pensamento, outras influências, (...) (apud D'ARAÚJO et. al, 1994, p. 75) .

Dando prosseguimento ao processo sucessório à Presidência da República, após a queda de Vargas em 1945, já nas eleições presidenciais de dezembro daquele mesmo ano, concorreram três candidatos: o general Dutra, o brigadeiro Eduardo Gomes e o engenheiro

Yedo Fiúza. Venceu o general Dutra, ex-ministro da Guerra de Getúlio Vargas, apoiado pelo ex-presidente deposto, e que acabou fazendo um governo de perfil conservador, de favorecimento à iniciativa privada e totalmente alinhado à política dos Estados Unidos. Provavelmente já um reflexo das “outras influências” a que estavam sujeitas as Forças Armadas conforme observara o general Octávio Costa.

De acordo com o princípio da subserviência aos interesses norte-americanos que caracterizaria a gestão militar dos negócios públicos brasileiros durante a ditadura militar de 1964 a 1985, “Dutra rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e colocou na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro (PCB)” (PILETTI, 1997, p. 265). Vê-se que a política externa brasileira passou a sofrer uma profunda mudança devido às razões do entendimento militar a respeito da questão.

No entanto, já nas eleições presidenciais seguintes, de 3 de outubro de 1950, Vargas candidatou-se. Foi eleito com quase 49% dos votos válidos, tendo voltado ao poder através do voto popular, numa situação totalmente diferente da de 1930 quando chegou ao governo por meio de um golpe político. Todavia, neste seu segundo período de governo, conhecido como constitucional, um conjunto de circunstâncias que o incompatibilizaram com os interesses das elites políticas (leia-se aí, Carlos Lacerda, principalmente) e econômicas (alta burguesia) e, conseqüentemente, com os militares, especialmente os da Aeronáutica, inconformados com o assassinato do Major Rubens Vaz, atribuído a membros da guarda pessoal do presidente. Além disso, convém lembrar da complexa e conturbada questão do capital estrangeiro que Getúlio passou a acusar de responsável pela sangria da economia nacional, e que acabou por provocar a sua segunda deposição, efetivada com seu suicídio. Em sua famosa Carta Testamento denunciou explicitamente o conluio entre a burguesia nacional e os interesses internacionais em prejuízo do Brasil quando afirmou que “a campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se a dos grupos nacionais” (apud CARONE, 1980, p. 58). Não suportando as pressões que partiam tanto dos civis - liderados pelo histórico conspirador golpista Carlos Lacerda<sup>4</sup>, que pregava abertamente sua deposição - quanto dos militares, que no dia anterior ao fatídico ato, representados pelo marechal Mascarenhas de Moraes, lhe entregaram um documento assinado por trinta oficiais da Força Aérea que dizia:

---

<sup>4</sup> “Antes mesmo das eleições, Carlos Lacerda, o mais importante agitador udenista, havia escrito na Tribuna da Imprensa: ‘O senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar’”. (Apud CAMPOS, Raymundo. História do Brasil. 1 ed., São Paulo: Atual, 1983, p. 212).

Os oficiais da Força Aérea Brasileira abaixo-assinados, reafirmam o seu propósito de permanecerem dentro da ordem, da disciplina e dos preceitos constitucionais, acham que a presente crise nacional só poderá ser satisfatoriamente solucionada com a renúncia do Presidente da República” (apud FERREIRA, 1995, p. 375),

Bem como transtornado pela real possibilidade de vir a ser deposto novamente, Getúlio atenta contra a própria vida e, realmente, como desejavam os golpistas, deixa o Palácio do Catete na madrugada do dia 24 de agosto de 1954, porém morto. Sua atitude extrema causou uma verdadeira comoção nacional que movimentou todo o tecido social do país.

Tendo em vista o grande apoio que recebia das camadas mais necessitadas da população, e como já se poderia supor, a reação popular foi tumultuada e dramática. Uma violenta convulsão sacudiu o país. Ataques violentos foram desferidos contra a imprensa antigetulista - especialmente contra os jornais O Globo e Tribuna da Imprensa - e a embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. Como descreveu o jornalista Samuel Wainer, “a massa continuou sua caminhada, quebrando os símbolos antigetulistas que encontrava pela frente, procurando Lacerda, que teve de esconder-ser e mais tarde refugiar-se por algum tempo no exterior” (WAINER, 1987, p. 206). A comoção uniu o Brasil de Norte a Sul e de Leste a Oeste. O inesperado ato de Getúlio Vargas jogou água fria na fervura golpista burguesa civil-militar nacional e estrangeira. Houve um recuo, porém organizado. As “aves de rapina”, no dizer do próprio presidente Getúlio Vargas, não desistiriam facilmente. Em breve, tentariam de novo.

Não obstante o recuo estratégico, o fascínio pelo domínio do poder político crescia cada vez mais na alma das elites golpistas políticas, econômicas, civis e militares brasileiras e o desejo de ascender a este poder permaneceu latente em todos estes segmentos.

Os golpistas civis estavam atentos a estes objetivos dos golpistas fardados de alto escalão e, no momento certo, fariam uso dos militares e dos quartéis como arma de defesa dos seus próprios interesses e privilégios e como rampa de acesso ao poder.

## **2.5 As Tentativas de Golpe Militar contra o Presidente Juscelino Kubitschek**

Nas eleições presidenciais de outubro de 1955, Juscelino Kubitschek saiu-se vitorioso tendo João Goulart como vice. Este resultado desagradou enormemente aos mesmos militares e civis golpistas que no ano anterior haviam tentado derrubar Getúlio Vargas. Carlos Lacerda, novamente movido por seu espírito desagregador e golpista afirmava, através do seu jornal, Tribuna da Imprensa, “que os eleitos tiveram o apoio dos comunistas e criaturas de baixa

condição socioeconômica e que o Brasil não podia ser governado por aquele tipo de gente” (apud SILVA, 1992, p. 274). Estabeleceu-se, portanto, uma resistência civil e militar à posse dos vencedores que, só se tornou possível, por meio do chamado “golpe preventivo” desfechado pelo Ministro da Guerra, o general legalista Henrique Teixeira Lott, que

mobilizou o Comando do Exército no Rio, ocupou prédios públicos, estações de rádios e jornais e cercou as bases aéreas e navais envolvidas no movimento. Era o contragolpe. O estado de sítio foi decretado, sendo o presidente do Senado, Nereu Ramos, indicado para o Governo até a posse de Juscelino. Luz, Lacerda e outros refugiaram-se na baía de Guanabara a bordo do cruzador Tamandaré (ALENCAR, 1996, p. 365).

Todavia, não obstante o golpe frustrado, ficou evidente a ameaça que os militares representavam para a estabilidade do processo político democrático brasileiro, uma vez que se mostravam decididamente alinhados com as ideias golpistas dos civis.

Contornada a situação, Juscelino tomou posse e governou o país de 1956 a 1961. Durante este período voltou a enfrentar mais dois movimentos golpistas de cunho militar - o Golpe de Jacareacanga e o Golpe de Aragarças. Ambos contaram com o intenso apoio dos civis da União Democrática Nacional (UDN), partido político composto basicamente pelas elites econômicas, isto é, pelos banqueiros e pelos grandes industriais, empresários e latifundiários que desejavam ver seus privilégios assegurados por um governo mais sensível aos seus interesses, e que não se conformavam com a distância que lhes separava do centro do poder político.

### 2.5.1 O Golpe de Jacareacanga

A segunda tentativa de golpe contra o governo JK foi o levante de Jacareacanga, no Pará, em fevereiro de 1956, logo no início de seu mandato. Tratou-se de um movimento golpista articulado por setores da Aeronáutica que já andavam às voltas com o espectro do comunismo. Aliás, o discurso anticomunista dos militares sempre foi lugar comum entre os golpistas em potencial. O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, um dos principais articuladores da Rebelião de Aragarças afirmou que os militares tinham “certeza de que o Juscelino tinha sido eleito com a ajuda dos votos dos comunistas. A efervescência política era intensa e, assim que assumiu e divulgou seu Plano de Metas, nós ficamos atentos para saber até que ponto haveria ‘infiltração’ comunista no governo” (apud ARGOLO, 1996, p. 92).

Como argumenta o professor Aquino, os golpistas “acusavam o governo de ser conivente com a infiltração comunista em postos-chave do comando militar, além de assumir uma postura entreguista em relação ao petróleo e aos minérios estratégicos, comprometendo irremediavelmente a soberania nacional” (AQUINO, 2007, p. 527). De acordo com este entendimento defendiam a renúncia do presidente recém empossado - que contava com o apoio do Exército -, como a melhor alternativa no sentido de se impedir a explosão de uma guerra civil. Todavia, por falta de maior articulação com os demais setores militares, o movimento foi rapidamente neutralizado tendo o presidente Juscelino Kubitschek concedido anistia a todos os envolvidos, inclusive àqueles reincidentes que já haviam tentado impedir sua posse.

### 2.5.2 O Golpe de Aragarças

O terceiro atentado militar contra o governo do presidente Juscelino Kubitschek foi a Revolta de Aragarças (Goiás), ocorrida em dezembro de 1959, no final de seu mandato, por ocasião da campanha eleitoral que definiria sua sucessão. Vários foram os candidatos que se apresentaram para as eleições presidenciais de 3 de outubro de 1960 que elegeriam o próximo presidente do Brasil. Entre eles destacavam-se o folclórico Jânio Quadros (UDN), o general legalista Henrique Lott (PSD) e Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP), político paulista que ficou conhecido pelo slogan “rouba, mas faz”, numa alusão às suspeitas de desvios de verbas nas obras realizadas em suas duas gestões no governo do Estado de São Paulo tendo sido, em 1964, ao lado de Carlos Lacerda, governador da antiga Guanabara, e de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, um dos principais golpistas civis com o intuito de se candidatar à Presidência da República nas eleições de 1965 que foram canceladas pela ditadura imposta pelos militares.

Num determinado momento da campanha eleitoral - novembro de 1959 - Jânio Quadros, que para a alegria e satisfação dos militares da Aeronáutica e das elites da UDN que o apoiavam já demonstrava um grande favoritismo entre os eleitores, repentinamente resolveu renunciar à candidatura e, como num passe de mágica, desapareceu do cenário político nacional causando profunda celeuma entre seus seguidores.

Como se sabe, o ressentimento dos golpistas de Jacareacanga contra o general Lott, que os havia punido, permanecia latente. Assim, levando-se em conta o fato de sua candidatura ser a segunda mais forte depois da de Jânio Quadros, é possível compreender o desconforto causado entre os golpistas da Força Aérea e entre os caciques da UDN, em razão da retirada da

candidatura de Jânio que, em última instância, representava a possibilidade de acesso ao poder a esses segmentos sem a necessidade de movimentos golpistas.

Entretanto, em virtude da inusitada atitude de seu candidato, a alternativa de golpe voltou a pulular as mentes daqueles que ignoravam as leis, sobretudo a Constituição Federal, no que diz respeito à sucessão presidencial. O já antigo e desgastado argumento do perigo que representava a “infiltração” comunista foi, mais uma vez, intensamente utilizado, além de graves acusações de corrupção e do excesso de gastos com a construção de Brasília. Assim, temerosos com a possibilidade da vitória do general Lott que, certamente, daria continuidade aos projetos de Juscelino Kubitschek e os manteria à margem do poder optaram, mais uma vez, pelo movimento subversivo e golpista com o fim de derrubar o governo.

A tentativa de golpe, na verdade,

transcorreu em torno da base aérea de Aragarças, em Goiás, tendo como cabeças do movimento o major Eber Teixeira Pinto, que chegou a sequestrar um avião de passageiros para o levante; o major Haroldo Veloso, o mesmo que comandara a Revolta de Jacareacanga; e o tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier, figura que se destacou na ditadura militar por ter sido acusado de tramar atentados terroristas” (AQUINO, 2007, p. 529)<sup>5</sup>.

Da mesma forma que os golpistas de Jacareacanga foram anistiados, também os de Aragarças receberam o perdão. Embora a proposta tenha partido do governo do presidente Jânio Quadros, eleito em 1960, foi sancionada pelo seu vice, João Goulart, o mesmo que se tornaria vítima de um novo golpe, em 1964, com a efetiva participação de, praticamente, todos os golpistas anistiados.

## 2.6 Golpe do Parlamentarismo contra João Goulart

Ao final do seu governo, Juscelino Kubitschek passou a faixa presidencial a Jânio Quadros (que havia retornado à campanha), em 31 de janeiro de 1961. Todavia, depois de sete meses incompletos de um governo polêmico e controverso, Jânio renuncia, inesperadamente, em 25 de agosto (dia do soldado), à Presidência da República, abrindo com seu ato, uma grave

---

<sup>5</sup> Para um relato mais detalhado do movimento golpista de Aragarças ver ARGOLO, José Amaral et alli. *A Direita Explosiva no Brasil*. 1 ed., 4ª impressão, Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

crise política e institucional com dramáticas consequências que se desdobrariam ao longo das décadas seguintes<sup>6</sup>.

Com a vacância da Presidência da República, novamente, as mesmas elites militares, que há anos vinham esperando a melhor oportunidade para ascender ao poder político no país assumiram o comando de mais um projeto golpista e antidemocrático. Desta vez pretendiam impedir a posse de João Goulart, a exemplo do que já haviam tentado com o presidente Juscelino Kubitschek em 1956.

Por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, o vice-presidente João Goulart encontrava-se em viagem oficial à República Popular da China chefiando oficialmente uma missão econômica que buscava ampliar o intercâmbio comercial do Brasil com os países do Extremo Oriente, o que teria alarmado os ministros militares para quem João Goulart havia se tornado uma pessoa suspeita desde os tempos em que fora titular da pasta do Ministério do Trabalho, no governo de Vargas. “Viam-no como simpatizante do comunismo: afinal, visitara a URSS no tempo de Juscelino e, agora, se encontrava na China. Também não toleravam sua política sindicalista, que incentivava a ação organizada dos trabalhadores” (LOPEZ, s/data, p. 16).

E assim, inspirados nos já históricos ideais golpistas, os ministros militares - general Odylio Denys (da Guerra), almirante Silvio Heck (da Marinha) e brigadeiro Gabriel Grün Moss (da Aeronáutica) -, conhecidos conspiradores decidiram, entre si, que não seria conveniente a posse do vice-presidente devido ao seu presumido perfil comunista e às supostas ligações que teria com o comunismo internacional o que, de acordo com seus raciocínios e com o pensamento da ultra direita, colocaria em risco a segurança nacional, apesar da Constituição Federal em vigor, na ocasião, garantir este direito a Goulart. Além do desrespeito à questão legal, deve-se atentar, também, para a legitimidade do mandato do vice presidente. Na verdade eram 41,6% do eleitorado nacional que estavam sendo desprezados, isto é, 4.547.010 votos rasgados e postos no lixo por decisão pessoal de três oficiais militares.

---

<sup>6</sup> Hoje, sabe-se que sua renúncia não passou de uma tentativa de golpe. Jânio esperava ser reconduzido à Presidência com mais poderes e autonomia. Os ministros militares até tentaram desfazer o golpe, mas não houve tempo. (ver ALENCAR, Francisco et alii. História da Sociedade Brasileira. 14 ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996; BRANCO, Carlos Castelo. A Renúncia de Jânio – Um Depoimento. 4 ed., Rio de Janeiro: Revan, 1996; D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO, Celso. Visões do Golpe: A Memória Militar sobre 1964. 2 ed., Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; SILVA, Hélio. 1964: Golpe ou Contragolpe? 1 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975 e QUADROS NETO, Jânio & Gualazzi, Eduardo Lobo Botelho. Jânio Quadros: Memorial à História do Brasil. 1 ed., São Paulo: Rideel, 1996).

Seria oportuno lembrar que vários movimentos populares foram organizados com o fim de defender a posse de João Goulart. Como registra o professor Aquino, “governadores, sindicatos, personalidades eclesásticas, organizações estudantis, setores da imprensa, todos se mobilizavam em prol do cumprimento constitucional” (AQUINO et. al, 2007, p. 632).

Da mesma forma que a direita se articulava para golpear a Constituição Federal e a democracia, também as forças legalistas se mobilizaram para impedir, mais uma vez, um movimento golpista, e garantir a sucessão presidencial de acordo com as determinações constitucionais. Numa atitude que surpreendeu o espírito marcial dos militares que pretendiam subverter a ordem constitucional, o então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, desencadeou a famosa “Rede da Legalidade” que, através de uma cadeia de estações de rádio denunciava as intenções golpistas dos militares e conclamava o povo a participar da resistência. “Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem neste palácio! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo” (apud POERNER, 1989, p. 49), bradava o governador Brizola. Assim,

[...] diante do golpe branco que se armava e que teria antecipado em quase três anos o início da ditadura, Brizola começou a organizar a resistência meio à gaúcha [...]. Distribuiu armas aos populares que acorriam aos milhares, ao palácio cercado de barricadas, onde permaneceu, durante toda a crise, com a família e os assessores mais próximos, [...] enfrentando as ordens do ministro da Guerra, general Odylio Denys, de que a resistência subversiva do governador gaúcho fosse esmagada a qualquer preço, inclusive o do bombardeio ao palácio (POERNER, 1989, p. 24),

Somadas a esta situação de revolta popular contra a tentativa de golpe, as circunstâncias como um todo iam se deteriorando e se tornando cada vez mais complexas, apresentando particularidades que criavam verdadeiros embaraços para os ministros militares que pretendiam impedir, à força das armas, a posse do Vice-Presidente. O comandante do III Exército, general Machado Lopes, defendia o cumprimento da Constituição, o que vale dizer que apoiava a posse de João Goulart, da mesma forma que os generais Peri Bevilaqua e Oromar Osório. Para o professor Aquino “esta posição apontava apenas duas saídas: ou a guerra civil ou a garantia da posse de João Goulart” (AQUINO et. alii., 2007, p. 633). Além desta questão interna havia, também, a posição do governo norte-americano em relação ao que ocorria no processo de evolução política brasileiro. Na ocasião, o presidente John Kennedy ameaçou suspender qualquer apoio financeiro ao país caso o golpe contra João Goulart fosse concretizado. Conforme esclarece Luiz Alberto Moniz Bandeira,

havia nos EUA duas políticas que se contrapunham: a do Pentágono, corroborada pela CIA, e a do Departamento de Estado, que espelhava a orientação da Casa Branca. Assim, conquanto elementos da CIA e do Pentágono estimulassem o golpe de Estado contra Goulart, ao manifestarem que sua posse na Presidência da República não agradaria aos EUA, os ministros militares receberam o informe de que o Presidente John Kennedy suspenderia o apoio financeiro ao Brasil caso houvesse ruptura da legalidade (BANDEIRA, 2001, p. 49).

Para a alta cúpula militar golpista que tentava impedir o cumprimento das determinações constitucionais, no entender do historiador Luiz Roberto Lopez, “lutar contra um povo desarmado e contra os políticos seria uma coisa fácil - um rápido banho de sangue no estilo Pinochet, e tudo estaria resolvido” (LOPEZ, s/d, p. 40). Entretanto, reconhecendo a extensão e a gravidade das consequências de seus atos – o perigo da guerra civil e a falta de apoio do governo norte-americano -, os ministros militares recuaram, talvez mais por falta de coragem do que por responsabilidade, uma vez que até mesmo o governo da Casa Branca havia acenado negativamente para a possibilidade do golpe. No entanto, impuseram como condição para que fosse aceita a posse de João Goulart na Presidência da República, uma emenda à Constituição de 1946 - Emenda Constitucional nº 4, conhecida como Ato Adicional - que lhe retirava os direitos e os poderes que, pelo voto popular, lhe haviam sido conferidos nas eleições de 1960. Assim, para atender às exigências dos militares golpistas - apesar de eleito pelo sistema presidencialista -, João Goulart assumiu a Presidência da República num esdrúxulo sistema parlamentarista. Casuisticamente a Constituição Federal foi emendada para satisfazer as vontades dos chefes militares num “processo pouco limpo, pouco democrático, espoliativo mesmo dos poderes do senhor João Goulart” (DÓRIA, 1980, p. 17), como deixou consignado Seixas Dória, ex-governador de Sergipe. Na verdade, nada mais do que um golpe branco. Apenas mais um, na longa lista dos golpes perpetrados contra a democracia brasileira pelas elites militares.

No entender do general Otávio Costa, os créditos pela solução negociada em torno do parlamentarismo devem ser dados aos políticos. Ao que parece, o general acreditava na disposição dos militares de levar avante a decisão de não permitir a posse de João Goulart e, em consequência, deflagrar a guerra civil. Nestes termos, argumenta o general Otávio Costa que “quase fomos levados a grandes operações militares. Se tivessem começado, dificilmente parariam, haveria muito derramamento de sangue. Afinal a classe política chegou a uma solução, que, por pior que tenha sido (e foi péssima), salvou o país da guerra civil e livrou a

cara dos militares” (apud D'ARAUJO et. ali.,1994, p. 82) . Confirmando a tese da disposição da cúpula militar golpista conservadora e reacionária para a guerra civil, Dreifuss lembra que “o marechal Denys deu um ultimatum ao Congresso no sentido de que descobrissem recursos constitucionais para impedir a ascensão de João Goulart ao poder. Se tal providência não fosse tomada, o marechal Denys e o general Cordeiro de Farias formariam uma junta militar” (DREIFUSS, 1987, nota nº 23, p. 149), ou seja, deflagrariam publicamente o golpe contra João Goulart.

A partir dessa época tem início as conspirações contra o governo do presidente João Goulart. Veja-se que já em novembro de 1961, portanto, apenas dois meses após sua posse, numa reunião realizada na sede do Ipês no Rio de Janeiro, no Edifício Avenida Central, alguns militares, entre eles o general Reinaldo Saldanha da Gama e o almirante Sílvio Heck, que a presidiu, já se discutiu a necessidade de se derrubar o presidente. Havia, nessa ocasião, “um grupo de oficiais de direita que também incluía os generais Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, José Pinheiro de Ulhoa Cintra, Punaro Bley e Orlando Geisel, entre outros, [que] eram de opinião que um regime discricionário teria de ser instalado por pelo menos cinco anos” (DREIFUSS, 1987, p. 375). Isto revela que a intenção dos militares golpistas da linha dura de subverter a ordem constitucional vigente e de promover a instalação de uma ditadura é anterior ao golpe de 1964.

Apesar de aprovado, o sistema parlamentarista atendeu a apenas uma parcela dos golpistas. O fracasso do golpe, no entender do general Golbery do Couto e Silva, fora um “desastre para o Exército” (DREIFUSS, 1987, p. 281). O mesmo não aconteceria três anos depois, em virtude da ação do mesmo Golbery que, segundo Glycon de Paiva, astuto conspirador e também golpista civil, teria sido o cérebro do golpe, esclarecendo ainda que “sem seu trabalho, a Revolução de Março não teria sido possível” (apud DREIFUSS, 1987, p. 363). A ala radical da extrema direita militar que futuramente viria a ficar conhecida como “linha dura”, também não se conformou com a ideia de João Goulart assumir a Presidência do Brasil, ainda que sem os poderes que lhe foram confiados pelo povo por ocasião de sua eleição. Em vista disso um grupo de terroristas, oficiais militares da Aeronáutica, planejaram um atentado contra o vice-presidente que seria posto em prática por ocasião de sua viagem do Sul rumo a Brasília, ocorrida em 5 de setembro de 1961. O plano, que ficou conhecido como “Operação Mosquito”, previa a derrubada do avião que conduziria João Goulart (PINHEIRO NETO, 2008, p. 38).

Embora a experiência parlamentarista não tenha sobrevivido por muito tempo, tal situação demonstrou claramente que continuava acesa a intenção da cúpula golpista militar de interferir, mais uma vez, de forma direta e mais profunda ainda no processo político nacional, além de evidenciar “os danos morais e políticos que seriam também de grande monta: a frágil democracia brasileira estava abalada de forma irreparável. O voto de milhões de eleitores (4.547.010 votos, o equivalente a 41,6% dos votos válidos [conferidos a João Goulart] havia sido praticamente jogado fora”(CAMPOS, 1983, p. 225).

E assim, depois de treze dias de sobressaltos e incertezas, o vice-presidente João Goulart assume, finalmente, a Presidência do Brasil, num sugestivo dia 7 de setembro, dia da Independência, tendo Tancredo Neves como primeiro-ministro de um sistema parlamentarista “criado às pressas sob as ameaças dos tanques” (DÓRIA, 1980, p. 26), no dizer de Seixas Dória, e, portanto, titular de descrédito junto ao povo em geral. Daí a popularidade do presidente e a falta de evidência do primeiro-ministro, situação que, por sua vez, acabou culminando um ano e três meses depois, com o plebiscito que restauraria o sistema presidencialista quando, então, o presidente João Goulart entrou na posse efetiva da capacidade de governar concentrando, além da chefia de Estado, também a chefia de governo que lhe havia sido retirada pela Emenda Constitucional que instituiu o parlamentarismo.

## **2.7 O Golpe Burguês Civil-Militar de 1964**

O sistema parlamentarista imposto pelos militares, como era de se esperar, resultou num grande problema devido à constante troca de primeiros-ministros. Como governar um país, das dimensões físicas e problemáticas como o Brasil, com um parlamentarismo ilegítimo, conturbado e, extremamente mal visto por toda a sociedade? O resultado não poderia ser outro senão o retorno ao presidencialismo, chancelado pelo plebiscito de 06 de janeiro de 1963 que devolveu ao presidente João Goulart os poderes retirados pelos ministros militares dois anos antes. Votaram a favor do retorno ao presidencialismo 9.457.488 eleitores e, pela manutenção do parlamentarismo, 2.073.582 eleitores.

O retorno ao presidencialismo contou com o apoio - por questões de pura conveniência - de políticos de expressão como, por exemplo, o ex-presidente Juscelino Kubitschek e os governadores Carlos Lacerda (antiga Guanabara), Ademar de Barros (São Paulo) e Magalhães Pinto (Minas Gerais), entre outros, todos “presidenciáveis” em potencial nas eleições previstas para 1965. Não interessava a estes candidatos à presidência, o sistema parlamentarista.

Uma vez endossado pelo voto favorável ao retorno do sistema presidencialista, o presidente João Goulart readquiriu os poderes que o povo, pelo voto popular, lhe havia conferido nas eleições de 1960. Todavia, o resultado do plebiscito causou um profundo descontentamento junto ao segmento de extrema-direita da esfera civil e militar, o mesmo que desde a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, se pusera contra sua posse na Presidência da República. A partir de então o espírito golpista exacerbou-se aprofundando, ainda mais, os radicalismos e o processo conspiratório que, em março de 1964 deporiam o presidente.

Ao recuperar seus poderes de chefe de governo, João Goulart atraiu sobre si os olhares subversivos e golpistas reprimidos há mais de uma década. Todos os eventos ocorridos desde o suicídio de Vargas até o plebiscito de 1963, foram tolerados pelas elites civis e militares que, pacientemente, preparavam o caminho e aguardavam apenas o momento mais oportuno para saltar sobre o poder político e exercê-lo de forma absoluta e total dando vazão a todos os seus interesses pessoais, políticos e econômicos.

O governo trabalhista, nacional-reformista de João Goulart - falsamente rotulado de populista (MOREIRA, 2014) -, que combatia a irracionalidade do capitalismo especulador, mas que defendia o capitalismo solidário, colidiu frontalmente com os ideais da burguesia nacional (empresários, industriais, banqueiros e latifundiários), com os interesses do capital internacional e com a política entreguista de determinados segmentos políticos (UDN<sup>7</sup>, PR<sup>8</sup> e PSP<sup>9</sup>). Entre os militares, elementos ligados à Escola Superior de Guerra e grupos ferrenhamente anticomunistas, oportunamente estimulados pelos civis golpistas, aderiram ao movimento subversivo e deflagraram o golpe que instauraria uma ditadura que, por vinte e um anos, garrotearia o povo brasileiro e os princípios democráticos que vigoravam antes de 1964.

Consumado o golpe, o autoproclamado Comando Supremo da Revolução, integrado pelo general Costa e Silva - que de forma veloz havia se autoempossado titular do Ministério da Guerra -, pelo vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald e pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, tomou as iniciativas no sentido de consolidar o movimento golpista e, assim, se alojarem no tão desejado poder.

Durante os vinte e um anos de ditadura militar, o Brasil submeteu-se a cinco generais-presidentes: Castelo Branco (1964 - 1967), Costa e Silva (1967 - 1969), Emílio Garrastazu

---

<sup>7</sup> União Democrática Nacional, partido político fundado em 1945, que reunia as elites econômicas.

<sup>8</sup> Partido Republicano, partido político fundado em 1945, tentou resgatar o prestígio do PRM (Partido Republicano Mineiro).

<sup>9</sup> Partido Social Progressista, partido político criado em 1945, por Ademar de Barros, em São Paulo.

Médici (1969 - 1974), Ernesto Geisel (1974 - 1979) e João Figueiredo (1979 – 1985) que, em níveis diferentes, contribuíram com a criminosa prática da tortura; com a pauperização das camadas sociais mais subalternas, por meio de um profundo e traumático processo de concentração de renda; com o esfacelamento da democracia; com a asfixia econômica e política do povo; com a internacionalização da economia nacional; e com a entrega de nossas riquezas aos países centrais, especialmente aos EUA.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa alegada defesa da democracia, os militares instauraram uma violenta ditadura fascista. Numa suposta defesa das liberdades democráticas suprimiram os direitos fundamentais dos cidadãos. Sob a alegação de que se defendia os interesses nacionais, o Brasil foi internacionalizado culturalmente e sua economia entregue a tecnocratas intimamente ligados aos interesses das empresas multinacionais, das quais vários generais tornaram-se altos executivos. O Brasil retrocedeu quase que à condição de colônia, quase voltando a ser um mero exportador de capitais e de matérias-primas para o mundo desenvolvido. Este quadro demonstra o projeto político das elites que conspiraram e, efetivamente, deram o golpe, materializado pelas mãos - ou pelas armas - dos militares.

Este projeto, tão bem idealizado pelos empresários que compunham os quadros do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), previa a privatização do Brasil e sua manutenção numa condição subalterna aos interesses do capital internacional permitindo, assim, consolidar a política social excludente que impedisse qualquer proposta de reforma da sociedade que pudesse comprometer seus privilégios. E foi, exatamente, o que, de fato, veio a acontecer, isto é, o Brasil passou a pertencer exclusivamente às elites econômicas, políticas e militares. O povo, como sempre, só participava ativamente do processo de produção das riquezas. O sucesso desse projeto das elites fica evidente nas palavras do coronel Amerino Raposo quando argumenta que “o regime de 64 não fez as reformas estruturais das quais o país necessitava, como a Reforma Agrária, através do Estatuto da Terra, a Reforma da Educação, em bases realistas e prioritárias, enfim, as reformas fundamentais” (apud CONTREIRAS, 1998, p. 92), sendo secundado pelo também coronel Geraldo Cavagnari que, numa legítima autocrítica, afirma: “Falhamos (...) O regime causou, também, um crescimento da dívida social, através de uma alta concentração de

renda que aumentou brutalmente a taxa de analfabetismo e a pobreza, além da ampliação da corrupção na burocracia do Estado” (CONTREIRAS, 1998, p. 94).

Cada coisa a seu tempo e cada coisa em seu lugar. As atividades militares não se confundem com as atividades civis e vice-versa. A História tem mostrado que as tentativas de se entregar os destinos políticos do Brasil nas mãos dos militares não surtiram efeitos positivos para o Brasil. Pelo menos foi o que se apurou depois de vinte e anos de ditadura. Nos Estados Nacionais modernos e democráticos não há espaço para a atuação política dos militares. Aliás, o general Ivan de Souza Mendes argumenta que as "Forças Armadas não foram feitas para governar o país" (apud CONTREIRAS, 1998, p. 70). Neste contexto, seria razoável ponderar que, da mesma forma, os civis não devem se imiscuir nos assuntos pertinentes à caserna.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco et al. **História da Sociedade Brasileira**. 14. ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

AQUINO, Rubim Santos Leão de et al. **Sociedade Brasileira: uma História Através dos Movimentos Sociais - Da Crise do Escravismo ao Apogeu do Neoliberalismo**. 5. ed, Rio de Janeiro: Record, 2007.

ARANTES, Jorge. **Pequeno Dicionário Crítico: Histórico, Geográfico, Econômico, Político e Social**. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.

ARGOLO, José Amaral et al. **A Direita Explosiva no Brasil**. 4. Imp. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Universidade de Brasília, 2001.

BRANCO, Carlos Castelo. **A Renúncia de Jânio – Um Depoimento**. 4. ed., Rio de Janeiro: Revan, 1996.

CAMPOS, Raymundo. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1983.

CARONE, Edgar. **A Quarta República (1945-1964) – Documentos**. São Paulo: Difel, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República – Um Estudo Sobre Cultura e Ação Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CONTREIRAS, Hélio. **Militares: Confissões – Histórias Secretas do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CONTREIRAS, Hélio. **AI-5: A Opressão no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: A Memória Militar sobre 1964**. 2. ed., Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. 4. imp. São Paulo: Moderna, 2002.

DÓRIA, Seixas. **Eu, Réu sem Crime**. 4. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. 5. ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

FERREIRA, Olavo Leonel. **História do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LOPEZ, Luiz Roberto. **João Goulart**. Porto Alegre (RS), Instituto Estadual do Livro/Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande Do Sul, s/d.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: Um herói sem nenhum caráter**. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MATHIAS, Suzeley Kalil. GUZZI, André Cavaller. Autonomia na Lei: As Forças Armadas nas Constituições Nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73. São Paulo, June 2010. ISSN 0102-6909. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000200003> Acesso em: 02 abr. 2020.

MOREIRA, Cássio Silva. **O Projeto de Nação do Governo João Goulart - O Plano Trienal e as Reformas de Base**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PINHEIRO NETO, João. **Jango: Um Depoimento Pessoal**. 2 ed., Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Ática, 1997.

POERNER, Arthur. **Brizola, Quem É?** Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.

QUADROS NETO, Jânio. GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho. **Jânio Quadros: Memorial à História do Brasil**. São Paulo: Rideel, 1996.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA, Hélio. **A Ameça Vermelha – O Plano Cohen**, 1 ed., Porto Alegre: L&PM, 1980.

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou Contragolpe?** 1 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, Helio. **1964 – Vinte anos de Golpe Militar**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e Morte da Ditadura** – 20 Anos de Autoritarismo no Brasil. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

WAINER, Samuel. **Minha Razão de Viver** – Memórias de Um Repórter. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, Forças Armadas e Polícia** – Entre o Autoritarismo e a Democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record, 2005.

## CONSULTAS ELETRÔNICAS

<http://www.populationpyramid.net/pt/argentina/1970/>. Acesso em: 02 abr. 2020.

*Recebido em:* 04 fev. 2022  
*Aprovado em:* 30 mai. 2022